

ANC pag 2

SENADO

ANC

Senado volta à rotina e aprova embaixadores

Vencida a polêmica discussão em torno da aprovação do regimento interno de forma a adequá-lo à Constituinte, o Senado realizou ontem a última sessão extraordinária desta semana e, em clima de tranquilidade, aprovou os nomes de Amaury Porto de Oliveira para ocupar a Embaixada do Brasil em Cingapura e de Ronald Leslie para o do Irã. O almirante-desquadra Luiz Leal Ferreira também teve seu nome aprovado para ocupar o cargo de ministro do Superior Tribunal Militar no lugar do ministro Júlio de Sá Bierenbach, que se aposenta.

Além das indicações, votadas em sessão secreta, o Senado aprovou autorização para que o Governo do Estado do Rio de Janeiro faça a rolagem de sua dívida interna, com a emissão de títulos do Tesouro estadual — os chamados **caroquinhas** — no valor de Cz\$ 898 milhões. Coincidentemente, o líder do PDT, Maurício Corrêa (DF), foi quem elaborou o parecer favorável à aprovação do endividamento do Governo fluminense, argumentando que "a matéria se enquadra perfeitamente nos termos constitucionais e jurídicos". O plenário aca-

tou sem resistências o parecer do senador do Distrito Federal.

CPIs DA DÍVIDA

A apreciação dos requerimentos encaminhados à Mesa para a abertura de duas CPIs para investigação da dívida externa brasileira foi adiada para a sessão ordinária marcada

para a próxima segunda-feira.

Por enquanto a Mesa está estudando a possibilidade de fundir os dois requerimentos em um só, para a formação de uma única comissão, já que o assunto é o mesmo. Um é de autoria do vice-presidente do Senado, José Ignácio Martins (ES), e, o outro, assinado por to-

dos os líderes dos partidos na Casa. Aprovado o requerimento na segunda-feira, o cargo de relator deve ficar com o senador José Ignácio Martins — que já acumula vários estudos sobre a dívida brasileira — e o de presidente caberá ao PFL. Os outros nomes serão indicados pelos demais líderes a fim de que a comissão comece a trabalhar imediatamente.

Como todas as Comissões Parlamentares de Inquérito do Congresso Nacional, esta pretende convocar todas as autoridades envolvidas com a negociação da dívida externa do Brasil, para que deponham sobre como foram captados e aplicados todos os recursos para o seu pagamento. "Isso não quer dizer que nós do PMDB ou do PFL estejamos contestando o encaminhamento das negociações pelo Governo brasileiro. Pela primeira vez está se querendo dar transparência a um problema que sempre ficou muito hermetizado no Executivo. Esta CPI pode resultar em que tenhamos nitido como foram pagas comissões e a quem beneficiaram, além da cronologia de captação e destino dos recursos internos", justificou José Ignácio Ferreira.

Projeto controla dívida

“Todos os acordos e contratos referentes à dívida externa do Brasil deverão ser submetidos, a partir desta data, à decisão da Assembléia Nacional Constituinte”. Esse é o artigo 1º do projeto de resolução apresentado ontem pelo deputado João Cunha (PMDB-SP).

O projeto estabelece que o Governo não poderá constituir contratos, oferecer avais, firmar acordos com o sistema financeiro internacional, público ou privado, sem prévia audiência e decisão da Constituinte. Determina ainda a realização de uma auditoria internacio-

nal sobre todos os atos, fatos, ações e valores que representam a dívida externa brasileira.

Para o deputado João Cunha, "a dívida externa, constituída à revelia do povo em duas décadas de regime ditatorial, não pode continuar entravando o desenvolvimento econômico, autônomo e soberano do País, e servindo de instrumento de alienação de patrimônios nacionais e de chantagem a serviço de interesses externos". Defende também o acompanhamento de todas as negociações sobre a dívida por uma comissão especialmente designada pela Constituinte.

Regimento acolhe 15 emendas na madrugada

O Regimento Interno da Assembléia Nacional Constituinte, depois de sua aprovação por voto simbólico, recebeu ainda 15 alterações. Dentre estas, três de autoria do deputado Vivaldo Barbosa (PDT-RJ), com o objetivo de diminuir de 94 para 56 o número de constituintes necessários para evitar o arquivamento do projeto de resolução, para apresentação de requerimentos de urgência e de "proposição que verse matéria de relevante e inadiável interesse nacional".

A redação final do regimento interno, segundo o próprio autor da proposta, senador Fernando Henrique Cardoso (PMDB-SP), deverá ser encaminhada para o presidente da Assembléia Nacional Constituinte da Câmara dos Deputados e do PMDB, Ulysses Guimarães, na próxima segunda-feira, para que seja votado imediatamente — como determinam as normas preliminares para o funcionamento da Constituinte. Com isso, a eleição da mesa e o início das atividades das comissões constitucionais serão adiadas por mais três dias.

Além da diminuição do quorum e da emenda de Maurílio Ferreira Lima



(PMDB-PE), foram aprovadas na sessão da Constituinte — que terminou na madrugada de ontem — mais 11 alterações. Uma delas diz respeito à possibilidade da Comissão de Sistematização apresentar um substitutivo ao anteprojeto de constituição que irá elaborar. Esta emenda de autoria do deputado Aluizio Campos (PMDB-PB) foi inspirada na enorme quantidade de emendas que foram apresentadas ao Regimento Interno — pouco mais de mil. Prevendo um número cinco vezes maior para o anteprojeto da Constituição, Aluizio abriu a possibilidade de apresentação do substitutivo, podendo o relator dar parecer oral sobre as emendas 48 horas após a apresentação das mesmas. Somente com o apoio de 56 constituintes poderá ser formulado um requerimento para apresentação de votação em separado de emendas que não tenham sido aproveitadas no substitutivo.

O prazo para apresenta-

ção de sugestões dos constituintes para as comissões constitucionais foi ampliado de 25 para 40 dias, bem como o tempo destinado para apresentação do relatório sobre os trabalhos da subcomissão de 15 para 30 dias e, conseqüentemente, o prazo para que esta apresente o resultado final de seus trabalhos para a comissão a que pertencer de 40 para 60 dias. O prazo das comissões entregarem suas propostas para a Comissão de Sistematização continua sendo de 60 dias.

O prazo para a apresentação de respostas aos requerimentos de informações formulados por constituintes foi estipulado em 20 dias, enquanto a mesa diretora da Assembléia terá 10 dias para resolver sobre o encaminhamento dos pedidos. Esta emenda foi de autoria do deputado Ademir Andrade (PMDB-PA). Fernando Henrique Cardoso acolheu a proposta do deputado Olivio Dutra (PT-RS) de que todas as sessões da Constituinte, tanto plenárias como nas comissões, sejam gravadas em video-cassete e encaminhadas para todos os partidos políticos com representação na Assembléia.

Ex-primeiras damas agora são xiitas

Duas mulheres, ambas em primeiro mandato, esposas de ex-governadores e eleitas pelo mesmo partido, o PDS, estão marcando presença na Constituinte pelo voto sistematicamente contrário ao do seu partido, principalmente quando o tema em discussão está afeto a assuntos mais progressistas. Wilma Maia, 41, eleita pelo PDS do Rio Grande do Norte e Miriam Portela, 54, eleita pelo Plauí. A primeira é casada com o ex-governador e atual senador Lavoisier Maia; a segunda, casada com o também ex-governador e futuro vice, Lucídio Portela.

PDT

As duas, contrariando as suas lideranças e decisões de bancada, votaram contra a presença dos senadores eleitos em 1982, repetiram o voto quando da decisão de dar **Quorum** para que o regimento fosse votado antes do carnaval e voltaram na tarde de anteontem a votar contra o PDS, preferindo ficar com os que advogavam a derrota da emenda de autoria de Maurílio Ferreira Lima (PMDB-PE). As duas, mais uma vez, já falam em deixar os seus partidos, podendo ambas rumarem para o PDT.

de A a Z

os Constituintes

Olivio Dutra

Gaúcho, ex-presidente do Sindicato dos Bancários, estréia com "54 mil votos de trabalhadores". E uma das estrelas do PT



Olivio Dutra (PT-RS), nasceu em lar de carpinteiro, na localidade de Bossoroca, em São Luiz Gonzaga, no interior gaúcho. O mandato de deputado federal, para o qual se elegeu com os votos de "54 mil 466 trabalhadores do Rio Grande" é o primeiro que exerce, assim como o PT é o primeiro partido que se filiou. Neste quadro, não seria de esperar outra coisa: "Não estamos aqui para defender, cada um, o seu projetinho", resume, antes de apresentar os pontos essenciais de uma plataforma de lutas que não é sua, e sim "da classe trabalhadora e do PT".

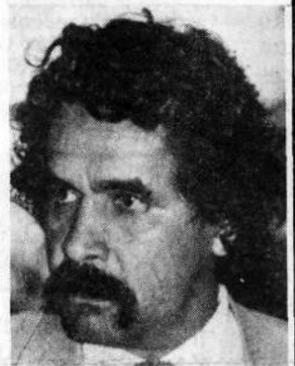
As principais bandeiras, diz, são a liberdade e autonomia sindical, com o fim o imposto travestido de contribuição, o direito de greve ("Sem lei ordinária que o remrinja ou impeça seu exercício"), a redução da jornada de trabalho de 48 para 40 horas semanais, a completa estatização do sistema financeiro e a defesa de uma redefinição do direito de propriedade capaz

de possibilitar "reforma agrária e urbana já".

"Sou bancário há 25 anos, mas não vim aqui fazer política corporativista", garante, lembrando que chegou à Constituinte com os votos de trabalhadores das mais diversas categorias. Apesar disto, é certo que sua militância começa entre os bancários. Este profissional, hoje com 45 anos de idade, foi presidente do Sindicato dos Bancários de Porto Alegre de 1975 a 78, ano em que foi reeleito para um mandato que não cumpriu: em 1979, foi cassado após liderar uma greve. E, de certo, foi a atividade sindical um fator de peso para traçar seu caminho político: fundador do PT nacional e gaúcho, foi seu primeiro vice-presidente, no País, o primeiro presidente em seu Estado. Hoje, a nível nacional, é secretário-geral. No Rio Grande do Sul, primeiro suplente da executiva. Coordenador da Comissão de Tecnologia e Automação da CUT, estará atento também para este campo, no qual defende a "moratória tecnológica".

Fernando Santana

Teve seu primeiro mandato em 58, foi cassado em 64 e retornou em 82, pelo PMDB. No ano passado elegeu-se pelo PCB



Fernando dos Reis Santana — (PCB-BA), 71 anos, é um dos veteranos da Constituinte. Deputado federal pelo PTB no período de 58 a 62, reeleito pela legenda do PSD em 1962, ele integrou a primeira lista de cassação do regime militar que tomou o poder em 1964. Exilado na Iugoslávia, retornou ao Brasil ainda antes da promulgação da lei da anistia, radicando-se em Salvador, onde passou a exercer sua profissão de engenheiro civil.

Em 1982, voltou à política, elegeu-se deputado pelo PMDB, mas nunca escondeu sua condição de comunista. Foi eleito Constituinte com 37 mil 656 votos pela legenda do PCB. Moderado de temperamento, folgado, circula com desenvoltura nos meios políticos, onde é muito benquisto inclusive pelos adversários.

Santana defende um mandato de cinco anos, sem direito à reeleição, para o presidente da República e é favorável à implantação do parlamentarismo, mediante "uma melhor estruturação dos partidos". Em relação ao pagamento da

dívida externa, ele advoga a declaração imediata de uma moratória, a auditoria de todos os contratos para se descobrir o seu real montante e uma negociação global que implique na redução das taxas de juros e a fixação de um prazo de 40 anos para o pagamento "mantendo-se os juros e prazos atuais aos países do 3º mundo, que hoje pagam 145 bilhões de dólares só de juros ao ano, não socobrar", argumenta ele, lembrando que a Inglaterra e o próprio EUA já se utilizaram da moratória no decorrer de suas histórias.

Santana declara-se contra a legalização do aborto ("E a maior de todas as torturas") e considera a implantação do voto distrital "antipopular", na medida em que o poder econômico sairia favorecido. "Inteiramento favorável" à reforma agrária, para efetivá-la, ele sustenta a necessidade de modificar o inciso que dispõe sobre a desapropriação, que em sua opinião deve ser feita com base no valor do imposto pago e não no valor do comercial.